



Mudanças na educação nas fronteiras brasileiras: um breve estudo histórico

Bruno Duarte Sampaio*
Daize Duarte Sampaio **

Resumo: A educação nas fronteiras vem ganhando espaço na medida em que a globalização avança unindo povos e culturas, tentando tornar os limites entre países apenas um aspecto territorial. Ao longo do tempo passou por diversas etapas, baseadas em diferentes contextos e pontos de vista, sendo inegáveis as contribuições ao longo do século XX. Estes progressos levaram à visão atual de educação nas fronteiras como uma importante ferramenta de integração entre povos, oportunizando ações bilaterais que desenvolvam e fortaleçam a região. Este artigo visa apresentar um breve histórico sobre algumas das principais mudanças ocorridas na educação profissional e tecnológica nas fronteiras brasileiras, desde a década de 1930 até os dias de hoje.

Palavras-chave: Fronteira, Integração, Educação Profissional e Tecnológica.

* Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas

** Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário da Grande Dourados. cursando Pós- Graduação em Educação Profissional com Habilitação para a Docência pelo Instituto Federal Sul-Rio-grandense e MBA Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento pela Escola Superior Aberta do Brasil. Atua como técnico administrativo em educação da Universidade Federal de Pelotas.

Abstract: The border education has been increasing to the extent that globalization is uniting people and cultures, trying to make the boundaries between countries just a territorial aspect. Over time went through several stages, based on different contexts and points of view, with undeniable contributions throughout the twentieth century. These developments have led to the current vision of education across borders as an important tool of integration between people, providing opportunities for bilateral actions to develop and strengthen the region. This article presents a brief history of some of the major changes in vocational and technological education in Brazilian borders, from the 1930s to the present day.

Key words: Border, Integration, Technological and Professional Education.

1. A visão sobre a educação nas fronteiras brasileiras na década de 30

Nos meados de 1930, um dos maiores referenciais sobre os problemas fronteiriços foi José de Melo e Silva¹, historiador autodidata que se preocupava com as questões que envolviam a fronteira entre Brasil e Paraguai, norteando suas pesquisas para a cultura, a educação e o trabalho.

Neste período em que o Brasil passava por drásticas mudanças políticas e grande diversidade ideológica, Melo e Silva (1939), cujas ideias aproximavam-se do pensamento liberal, defendia a ideia de que era necessário instrumentar a educação no nacionalismo, ou seja, esta deveria impor a cultura brasileira e trabalhar a nacionalidade, homogeneizando costumes, inserindo novos hábitos no trabalho, eliminando diferenças, de forma a apagar os traços culturais do povo vizinho e fazer que seu modo de vida e comportamento se adequasse à sociedade brasileira. Entendendo a educação como um instrumento de colonização, achava que deveria partir do governo a responsabilidade da execução da tarefa de nacionalizar a fronteira:

Não cremos, porém, no povoamento daquela terra, na educação do homem e na conseqüente nacionalização daquele meio, se o Governo Federal não clamar para si, integralmente, essa tarefa, ampliando o regime de colonização, criando novos núcleos, interferindo na distribuição das terras, fiscalizando as escolas primárias, rurais e urbanas, mantendo escolas normais e profissionais (MELO E SILVA, 1948, p.133).

No começo do século XX, de acordo com Souza (2010), a educação profissional no Brasil era dirigida às camadas mais pobres da população. De cunho assistencialista, tinha como objetivo proporcionar um ofício artesanal aos desocupados, cujo número crescia devido ao processo de urbanização, entretanto, com o advento da industrialização, na década de 30, o ensino profissional tomou um novo rumo, voltando-se para a produção industrial e logo se estendendo para o comércio e a agricultura. Com caráter excludente, preparava a mão de obra necessária, servindo ao capital, enquanto não oferecia oportunidades, aprofundando o abismo entre as hierarquias (Wittaczik, 2008).

Como esta realidade era comum a outras fronteiras, durante algum tempo, a ideia de educar para colonizar foi considerada a melhor maneira de acabar com as diferenças entre os povos e desenvolver a economia local. Curvo e Vieira (2013) entendem que a educação profissional de então se ajustava ao modelo econômico, acabando por reproduzir o sistema de classes, transformando-os em trabalhadores braçais. Melo e Silva reforça este conceito ao argumentar:

[...] Sabemos ainda que uma das preocupações mais sadias e fundamentais do sistema educativo moderno é estabelecer um vínculo, uma íntima relação entre o

educando e o trabalho, de preferência aquele gênero de atividade mais preferido na região onde se instalem as escolas. É esta, portanto, a grande dificuldade que se apresenta para harmonizar o ensino na fronteira, onde a idéia do trabalho é quase sistematicamente repelida [...] (1948, p. 134).

Ao longo das mudanças no cenário brasileiro, o modo de pensar sobre a educação foi se modificando, inclusive nas fronteiras, aproximando-se de uma postura de respeito às diversidades. A educação passa a dedicar-se à formação geral, direcionada para a produtividade.

2. A educação nas fronteiras brasileiras na segunda metade do século XX

Desde o fim da década de 40 a nação buscava reformas no campo da educação, tendo seus objetivos reprimidos pelo golpe militar de 1964. Neste período a modernização da nação foi conduzida pelo capitalismo dependente e subordinado ao capital internacional, dando sequência à industrialização no país. A educação sofreu uma série de reformas para adequar-se, mas o ensino profissional ganhou ênfase devido à necessidade de mão de obra especializada capaz de satisfazer o mercado monopolista da época.

Esta fase destacada pela presença de fatos políticos marcantes, como a ditadura militar (1964-1985), não deixou heranças positivas para a educação e “se pautou [...] pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela das classes populares do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional” (ROLLEMBERG, *et. al.*, 2012, p. 7).

A criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1961, através da oferta pública ou privada de cursos de curta ou média duração tentou solucionar a demanda por mão de obra, porém a educação profissional no Brasil apresentava marcante exclusão, sendo dirigida à necessidade de crescimento da classe média para suprir a falta de força de trabalho, enquanto os estudos acadêmicos destinavam-se para os economicamente favorecidos que assumiriam o poder (Kuenzer, 1997).

Machado (1989) entende que a LDB, ao aferir equiparação do ensino profissional ao ensino acadêmico para continuidade² dos estudos, trouxe progressos à educação profissionalizante, mas não alterou axiomas socioculturais.

Durante a ditadura militar foram concretizados vários acordos e decretos no intuito de impulsionar a educação profissional, conduzindo-a para o desenvolvimento do país.

Uma nova LDB foi promulgada em 1971, estabelecendo a obrigatoriedade da profissionalização para o 2º grau. Visava, novamente, acatar ao capital, atendendo ao mercado do trabalho, bem como conter a demanda reprimida ao ensino acadêmico.

Alves (2010) salienta que é neste período que o Estado se afasta de sua obri-

gação com a educação, pois o caráter de terminalidade³ dado ao 2º grau com a LDB de 1971 e o incentivo ao sistema privado apontavam para a privatização.

Em 1982 chegou ao fim a obrigatoriedade da profissionalização do ensino. Eram visíveis a falta de qualidade na educação, o crescimento das desigualdades sociais e a insatisfação da sociedade ao regime repressor.

Após 20 anos de ditadura, com a redemocratização da sociedade e a consequente valorização dos direitos no Brasil, a educação passa a fazer parte de uma discussão mais ampla, ainda que sob a égide do capital, apresentando um discurso mais avançado (Canali, 2009).

A Constituição de 1988 preconizou a universalização e democratização do acesso à educação e a nova LDB de 1996 representou um avanço em relação à educação profissional, tratando-a como parte do sistema educacional, regulamentado-a como um todo, reconhecendo e certificando competências (Christophe, 2005).

O principal instrumento jurídico da educação profissional foi o Decreto 2.208 de 1997 que descreveu seus objetivos e seu vínculo com a escola e o mundo do trabalho, bem como suas funções, dispondo, também, sobre o arranjo curricular próprio e o vínculo de complementaridade⁴ ao ensino médio.

Foi substituído pelo Decreto 5.154 de 2004 que instituiu o desenvolvimento da educação profissional e possibilitou autonomia para criação e estabelecimento de cursos de educação profissional e tecnológica.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a partir daí a educação profissional voltar-se-ia “[...] para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (BRASIL, 2010, p. 8).

A educação nas fronteiras, então, sofreu várias transformações, ganhando, assim, importância, e passou a ser vista como instrumento de integração entre povos com potencial para o desenvolvimento regional, servindo de “[...] ferramenta de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental” (BRASIL, 2012, p. 11).

Tomando como exemplo a educação na fronteira entre Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai), é possível observar que algumas medidas foram tomadas para que a educação atuasse como uma importante ferramenta de integração entre os povos brasileiro e uruguaio, objetivando “[...] valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como os aspectos socioculturais de outros povos, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, crença, sexo, etnia e outras características individuais e sociais” (SME, 2008, p. 8).

Mesmo assim, alguns aspectos ainda marcam uma tentativa de defesa da questão nacional, pois amenizar diferenças é um processo que carrega muitos significados num campo social que necessita de neutralidade. Assim, a integração ainda encontra dificuldades por conta da defesa da identidade:

As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições (WOODWARD, 2000, p. 41).

A educação profissional neste período sofreu os efeitos da modernidade, uma vez que esta trouxe consigo novidades e tecnologias que levaram a mudanças acentuadas no campo do trabalho. Caracterizadas por uma evolução constante, essas transformações obrigaram o ensino a seguir suas tendências, qualificando para o novo mercado que surgia:

Cabe à Educação Profissional formar o “trabalhador de novo tipo”, em sintonia com as novas formas de organização e gestão do trabalho e com os interesses do mercado. Contudo, transfere-se para o próprio trabalhador a responsabilidade pelo domínio das competências profissionais exigidas pelo mercado e, portanto, pela sua empregabilidade (TAVARES, 2012, p. 8).

Longe de cumprir sua função de educar o homem consciente para seu papel social, este ensino, como um investimento, era voltado para a profissionalização, atendendo ao mercado e satisfazendo aos propósitos da economia, pois “[...] privilegiou as formas de fazer típicas de cada ocupação definida, para atender às demandas de um processo produtivo parcelado, com tecnologia rígida e pouco dinâmica” (KUENZER, 2000, p. 31).

Diante do surgimento de semelhanças e problemas afins entre sociedades contemporâneas em um mundo globalizado, os progressos em busca de uma real integração avançaram com a mesma velocidade em que os assuntos a respeito da educação fronteira ganharam importância, caminhando em direção da integralidade.

3. A importância da educação nas fronteiras brasileiras em tempos de globalização

Atualmente, todos os lugares do mundo passam por transformações políticas e econômicas, manifestadas por fenômenos que abarcam não só os valores básicos como também os processos de integração e abertura econômica e comercial, fazendo que surjam novos paradigmas. Estes novos modelos suscitaram problemas educacionais que vão além dos existentes no currículo formal, onde a realidade do multiculturalismo busca estratégias de compreensão referentes à identidade e à diferença. Outros olhares acerca da situação revelaram a emergência de proposições na área educacional que solucionem problemas sociais atuais e comuns a ambos os lados dos limites fronteiriços.

A educação não consegue ainda transformações fundamentais na sociedade e o mundo digital implicou em novos desafios. A educação formal exige atualizações de seus profissionais e de seu material permanente. O ensino profissional depara-se com uma nova gama de possibilidades, pois o campo do trabalho altera-se radicalmente.

Assim como no Brasil e no mundo, nas fronteiras também se destacam os efeitos da globalização, que provocam constantes mudanças no campo do trabalho, exigindo das instituições não só a capacidade de observar as novas demandas como também superar o desafio de proporcionar a educação de formação profissional de qualidade proposta por Rios (2001), ou seja, ancorada em competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que viabilizem uma práxis emancipadora.

De acordo com Pacheco (2011), para que se possa compreender a importância das instituições na solução desta problemática, é fundamental ampliar as ações e políticas inclusivas que desenvolvam socialmente a região. Neste contexto, a integração entre os povos emerge da apreensão de sua importância para a efetivação de uma educação profissional e tecnológica (EPT) que privilegie as características regionais e oportunize um processo educacional transformador.

Corroborando com esta afirmação, o IFSul (2010) entende que a oferta de educação profissional, através de cursos técnicos localizados em faixa de fronteira⁵ ou mesmo cursos binacionais⁶, objetiva incrementar socialmente a região, atendendo sua demanda, bem como aproximar países vizinhos. Entendendo essa mudança, Wittaczick entende que:

Neste contexto, encontram-se as escolas de Educação Profissional, com a responsabilidade de gerar saberes coletivos e flexíveis, sintonizados com as novas bases e novas formas de organização produtiva, fundadas na produção e difusão de inovações de cunho tecnológico, marca presente no fechamento do século XX e identidade deste novo século (2008, p. 4).

Entendendo a importância estratégica da faixa de fronteira e percebendo a ausência de políticas públicas que atendam suas particularidades, o governo federal estabeleceu o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento local por meio de sua estruturação física, social e econômica, enfatizando as potencialidades locais e a articulação com outros países da América do Sul (Brasil, 2009).

Efetivar a EPT em faixa de fronteira vem de encontro às ações preconizadas pelo PDFF, uma vez que a educação surge como um determinante com potencial para superação de carências do capital humano necessário para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida da população residente nesta região.

A partir da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, o Grupo de Trabalho sobre Educação e Formação Profissional propôs a instituição de ações “[...] a serem consolidadas no Acordo sobre Institutos e Escolas Binacionais, pelo estímulo ao estabelecimento de cursos técnicos [...]. Os cursos teriam 50% das vagas reservadas para nacionais de cada país, com os diplomas reconhecidos mutuamente, através de convênios interinstitucionais” (PUCCI, 2010, p.130).

Segundo Pucci (2010) com a assinatura do Acordo para a Criação de Escolas

e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para a Habilitação de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, em 2005, a integração educacional na fronteira se estabelece como fator capaz de promover a inclusão social da população fronteiriça.

Em 2006, a pretendida integração entre Brasil e Uruguai foi constituída na educação profissional, formalizada com a Ata de Entendimento entre o IFSul e o Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP-UTU), lançando-se em 2010, os Cursos Técnicos Binacionais (IFSul, 2011).

Ao viabilizarem a oferta de cursos potencialmente reais para a transformação social, as instituições, num processo de justiça e solidariedade, cumprem com sua importante função de qualificar e instrumentar cidadãos para o desempenho profissional produtivo e consciente. A Confederação Nacional dos Municípios (2008, p. 26) legitima esta ideia ao afirmar que:

As escolas técnicas têm se mostrado, em todo o país, um grande vetor de desenvolvimento ao prover capacitação de trabalhadores e qualificar mão de obra para os mercados locais. Na Faixa de Fronteira, as ações levadas a cabo por esses centros de ensino têm grande potencial para a integração e para o aumento da qualidade de mão de obra presente nos dois lados da fronteira.

Paralelamente às transformações ocorridas, o avanço tecnológico possibilitou as inovações necessárias para a prática de uma nova educação. O surgimento da educação à distância (EAD), cujo suporte de bibliotecas digitais, recursos de teleimersão e laboratórios coletivos permitem a proximidade com o público alvo, garantindo legitimidade às estratégias e sintonia com as demandas da sociedade, revelou-se importante na construção da cidadania, desenvolvendo o potencial econômico e social de regiões fronteiriças. Pacheco (2008, p. 6) já sinalizava esta realidade ao assegurar que:

A EAD deverá compor o conjunto de políticas de EPT na perspectiva do alcance de todo território nacional e da ampliação da possibilidade de acesso pelos segmentos sociais envolvidos em atividades laborais específicas (embarcados, rurais, trabalhos em turnos ou escalas, etc.), buscando um melhor atendimento das condições de tempo-espço desses sujeitos. Para tanto, faz-se necessário o investimento permanente em infraestrutura e atualização tecnológica potencializando o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Porém estas estratégias de educação não podem ser determinadas considerando somente o desenvolvimento econômico, devem estar alicerçadas em propostas pedagógicas comprometidas com o conhecimento e a construção de homens protagonistas de sua história, capazes de edificar uma coletividade distributiva, democrática e solidária:

De uma maneira geral, as políticas públicas para a EPT devem ser balizadas no compromisso com a formação para o trabalho que não subordine o conhecimento apenas à funcionalidade da produção, mas sejam implantadas de modo a conciliar as necessidades imediatas da população e ao compromisso com a transformação de nossa estrutura social, reduzindo as distâncias, destruindo as desigualdades; os programas de formação inicial e continuada dos trabalhadores, por exemplo, devem se colocar na real perspectiva da integração social (MOLL & cols., 2010, p. 241).

Vislumbrando um caminho sem volta em um novo tempo onde as analogias entre os povos influenciam bem mais que suas diferenças, aproximando-os, a prioridade está em equacionar possíveis deficiências, buscando possibilidades de reproduzir uma educação capaz de minimizar as contradições existentes entre os homens.

Conclusão

A virada do século culminou com uma grande transformação cujas tensões pragmáticas romperam com os modelos tradicionais de ensino, registrando novas mudanças de acordo com o desenvolvimento político-econômico e sociocultural dos povos.

O caráter colonizador na educação nas fronteiras, verificado no começo do século XX, foi enfraquecendo, de forma inversamente proporcional à valorização de uma cultura de direitos estabelecida no país a partir da década de 80, voltando-se para a integração de povos vizinhos, onde a profissionalização teve seu espaço condicionado à política e à economia.

Para desenvolver plenamente a individualidade, colocando-a em harmonia com o coletivo, a educação necessita de maior ênfase aos aspectos provenientes da estrutura social característica destas regiões e sua mistura de culturas, porém, a profissionalização objetiva desenvolver aptidões, qualificar e instrumentar para a vida produtiva, observando as exigências do mercado, assimilando as demandas impostas pela sociedade para os diversos setores, de certa forma homogeneizando os grupos.

Se por um lado se faz necessário reconhecer a diversidade de culturas, por outro se torna prioritário reconhecer a igualdade da condição humana e este conflito deve ser mediado por instituições e educadores, de forma a encontrar o equilíbrio capaz de proporcionar estratégias educacionais alternativas que ao mesmo tempo protejam a diversidade cultural e combatam a desigualdade social.

Compreendendo que as mudanças acontecidas no país podem oportunizar melhores condições, principalmente no que tange aos problemas educacionais nas fronteiras, a educação profissional vai se constituindo num novo espaço capaz de gerar uma nova realidade, reforçar a amizade entre os povos e contribuir para um mundo mais justo e solidário, bastando para tanto acompanhar as transformações do mundo num constante ato de renovar seus métodos

e objetivos, reforçando os conceitos em prol do trabalhador e do conhecimento, acabando com a dicotomia existente entre as classes.

Dentro das possibilidades que surgirem, a educação profissional e tecnológica deve permitir o exercício de todas as dimensões necessárias para o processo de formação profissional, ancorada no compromisso de constituição, construção e consolidação do homem social.

Sem dúvida, a “fronteirização” da educação profissional e tecnológica cumpre o papel importante de universalizar o acesso, definindo resposta às necessidades da sociedade, visando ações que promovam a integralidade e a equidade, democratizando o ensino e surgindo como um determinante antagonista ao sistema do capital e sua conseqüente alienação.

Notas

1. Formado em direito, doutorado pela Universidade do Ceará, mudou-se para o Mato Grosso do Sul na década de 30, trabalhando como juiz de direito na região da fronteira com o Paraguai. Lançou duas obras acerca desta região: *Fronteiras Guaranis* (1939) e *Canaã do Oeste* (1948).
2. Continuidade é a oportunidade harmonizada por um conteúdo curricular que parte de uma base de educação geral ampla.
3. A terminalidade seria definida pela possibilidade de cada nível ser terminal, capacitando para o exercício profissional.
4. Com a complementaridade, o Ensino Médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto etapa final da educação básica.
5. O conceito faixa de fronteira resulta de um processo histórico baseado na inquietação do Estado em relação à defesa e soberania nacional. Desde a década de 30, está estabelecida em 150 quilômetros de largura, correspondendo, aproximadamente, a 27% do território nacional e dividida em três grandes Arcos: o Arco Norte que abrange a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre; o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
6. Os cursos binacionais se caracterizam por proporcionarem certificação binacional, ou seja, válida nos dois países, habilitando para o exercício profissional nos territórios de ambas as nações, permitindo o acesso a um mercado de trabalho mais amplo.

Referências Bibliográficas

ALVES, Sandra Cristina Santos. **A educação profissionalizante durante o estado ditatorial**. 2010. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNepI2010/paper/viewFile/1368/598>> Acesso em: 20 maio. 2014.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2013/06/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2014.

_____. Ministério do Planejamento. **COSIPLAN e FOCEM: Carteiras de Projetos relacionados à fronteira brasileira**. I Seminário “Fronteiras Brasileiras: Realidade e Desafios” Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Câmara dos Deputados. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.camara.leg.br%2Fatividade-legislativa%2Fcomissoes%2Fcomissoes-permanentes%2Fcredn%2Feventos%2F2012%2Ffronteiras-brasileiras-realidade-e-desafios%2Fcosiplan-e-focem-ministerio-de-planejamento-orcamento-e-gestao%2Fview&ei=3PZ7U42qGtXesASK_IDwAg&usg=AFQjCNHqGuI2aNGKYivk8-i_JvCGwQsQuw&sig2=p698XrIahpCz2ehzCv8feA&bvm=bv.67229260,d.b2k> Acesso em: 20 mai. 2014.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica - Concepção e Diretrizes**. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841> Acesso em: 20 mai. 2014.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional**. 2009. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf> Acesso em: 20 maio. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Relatório Final do I Encontro dos Municípios de Fronteira**. Fronteiras de debate. 2008.

CHRISTOPHE, Micheline. **A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira**. 2005. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/~michel/docs/Meus_textos/educacao%20tecnologica.pdf> Acesso em: 20 mai. 2014.

CURVO, Rodolfo José de Campos; VIEIRA, Lucimar Rodrigues. Educação profissional e tecnológica: uma proposta inovadora e emancipatória para Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. Atlante. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, março. 2013. Disponível em: <<http://atlante.eu-med.net/educacao-profissional-tecnologica/>> Acesso em: 25 fev. 2014.

IFSUL. **Fronteira Brasil-Uruguai tem cursos técnicos binacionais**. Assessoria de Imprensa do Instituto Federal Sul-rio-grandense. 2010. Disponível: <<http://www.ifg.edu.br/clipping/index.php/outubro2010/1033-22deoutubro>> Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Assessoria de Comunicação – Reitoria**. 2011. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/proen/site/cursoCampus.php?cod=8>> Acesso em: 15 fev. 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. In: **Educação e Sociedade**, ano XXI, n. 70, abr. 2000, p. 15-39.

_____. Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

MACHADO, Lucíola Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. 2 Ed, São Paulo: Cortez, 1989.

MELO E SILVA, José de. **Fronteiras guaranis**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.

_____, José de. **Canaã do Oeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

MOLL, Jaqueline. (cols.) **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed. 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais - Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, São Paulo: Moderna. 2011.

_____, Eliezer Moreira. **SETEC/MEC: Bases para uma Política Nacional de EPT**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_bases.pdf> Acesso em: 20 fev. 2014.

PUCCI, Adriano Silva. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/O_estatuto_da_frenteira_Grafica.pdf> Acesso em: 17 mai. 2014.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROLLEMBERG, Brayan Lucas Oliveira; SANTOS, Maria Gabriele Melo dos; ALVES, Rhaffael Corrêa; LIMA, Edson Paulo Santos. A educação do século XX no Brasil. ISSN IMPRESSO 1980-1785. ISSN ELETRÔNICO 2316-3143. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**. Aracaju. v. 1, n.14,

p. 183-190, out. 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO (SME). **Conteúdo Programático - matriz curricular: ensino de 09 anos**. Mimeo. 2008. p. 01-52.

SOUZA, Francinne Calegari de. **Educação Profissional: História e Ensino de História**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação no Brasil**. PPGE/UEPG-PR. 2012.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação Profissional no Brasil: histórico. **Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 1º sem. 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.